



BRASÍLIA-DF

por Denise Rothenburg » deniserothenburg.df@dabr.com.br



E o Mourão, hein?

Políticos que estiveram com o vice-presidente Hamilton Mourão consideram que ele está se preparando para qualquer cenário. Se a situação se deteriorar, está a postos. Mas sempre deixa claro que o plano A é a pacificação do país sob o comando de Bolsonaro.

Te vira com R\$ 28 bi, tá?

O deputado Hildo Rocha (MDB-MA) apresentou, esta semana, seu parecer autorizando o governo a emitir títulos para pagamento de despesas com pessoal. Só tem um probleminha: o governo havia pedido R\$ 164 bilhões e Hildo autorizou apenas R\$ 28 bilhões — e apenas para pagamento de pessoal.

O resto já está no caixa

Hildo Rocha disse à coluna que o excesso de arrecadação do mês passado, de R\$ 170 bilhões, já cobre o que o governo pediu para “outras despesas correntes” — ou seja, diárias, passagens, vale-refeição e por aí vai. “Não tem sentido pedir para aumentar o endividamento do país com um excesso de arrecadação de R\$ 170 bilhões num mês”, diz o deputado.

Dito e feito

Conforme o leitor da coluna já sabia, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), rejeitou o pedido de impeachment de Alexandre de Moraes. E além de tirar de cena qualquer movimento para indicá-lo ao STF, Pacheco também pretende preservar o próprio Senado. É que, se esse pedido ainda estivesse indefinido, o ato do Sete de Setembro poderia se transformar em pressão para que fosse aceito.

O recado dos militares



Diante da tensão interminável, as forças políticas ampliam o leque de conversas e de planejamento para todos os cenários. Generais da ativa, por exemplo, já fizeram chegar a vários interlocutores partidários que não apoiam qualquer atitude fora das linhas da Constituição, e esta semana aproveitaram o Dia do Soldado para reforçar essa visão. Políticos receberam grifados trechos do discurso em que o comandante do Exército, general Paulo Sérgio, mencionou a Força “dotada do espírito patriótico, pacificador e conciliador do Duque de Caxias”. Ele falou também de “paz, união, liberdade democracia e Justiça” e, ainda, de “compromisso com os valores mais nobres da pátria e com a sociedade brasileira em seus anseios de tranquilidade, estabilidade e desenvolvimento”.

» » »

Nos bastidores, porém, foi dito que há um mal-estar em relação às prisões por opinião. Não existe golpe, nem existirá, mas é preciso que haja equilíbrio em todos os Poderes. Cada um terá que fazer a sua parte para que as coisas cheguem a um bom termo. O presidente Jair Bolsonaro fez a dele, ao mandar dizer que não encaminhará o pedido de impeachment do ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF). O Senado, por sua vez, rejeitou o processo contra o ministro Alexandre de Moraes. A hora é de acalmar os ânimos.

Líderes sob pressão I/ Presentes ao lançamento do projeto *Todos por um só Brasil*, na sede do MDB, os líderes do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (PE), e no Congresso, senador Eduardo Gomes (TO), se remexeram na cadeira com o discurso do ex-presidente Michel Temer. Ele mencionou Fernando Bezerra e, em seguida, começou a falar sobre a hora do “chega e do basta” diante da divisão do país.

Líderes sob pressão II/ O partido não vai pedir que os líderes deixem os cargos, porque não são de indicação partidária. Mas a linha do discurso do MDB não será pró-Bolsonaro. Logo, o mal-estar tende a ser cada vez maior.



Pré-campanha/ Durante almoço para Michel Temer na casa do governador Ibaneis Rocha, o líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (AM, foto), anunciou que concorrerá ao governo do Amazonas no ano que vem.

Estamos Juntos/ Ibaneis, que é pré-candidato a mais um mandato, disse que estava feliz com aquela convergência do MDB em sua casa e que “estaria junto com o que o MDB decidisse”.

Depoimento de Roberto Ramos Júnior, diretor-presidente do FIB Bank, à CPI da Covid, mostra que uma empresa que não é instituição financeira seria fiadora da negociação de R\$ 1,6 bilhão, entre a Precisa e o Ministério da Saúde, para a suposta venda da vacina Covaxin

Garantia com jeito de golpe

» TAINÁ ANDRADE

O depoimento de Roberto Pereira Ramos Júnior, diretor-presidente do FIB Bank, ontem, à CPI da Covid, serviu para expor as entranhas da negociação entre a Precisa e o Ministério da Saúde para a suposta venda da vacina Covaxin, fabricada na Índia pela farmacêutica Bharat Biotech — que, para os senadores que integram o colegiado, não passava de um golpe no qual nenhum imunizante seria entregue e o governo federal ainda ficaria com um prejuízo de R\$ 1,6 bilhão. Isso porque o FIB Bank não é, realmente, um banco, nem uma seguradora, mas foi capaz de se apresentar como **fiadora da negociação** entre a Precisa e o ministério — algo considerado incomum, embora não haja ilegalidade nisso.

Mas as estranhezas apresentadas por Ramos Júnior não terminam aí. Ele disse que o FIB Bank, apesar de se tratar de uma “pequena empresa”, possui um capital social de R\$ 7,5 bilhões por conta de dois imóveis, um localizado em São Paulo e outro em Castro (PR). Essa explicação virou motivo de ironia entre os senadores, sobretudo depois que se soube que um desses bens que serviriam de garantia está supostamente registrado, pois que certificado por um cartório que não existe.

“Um imóvel era no valor de R\$ 7,2 bilhões e não estava em São Paulo, começou em Curitiba. Aí, mudou-se a matrícula para São Paulo. O imóvel voador”, disparou a senadora Simone Tebet

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Simone Tebet mostra detalhes da composição social do FIB Bank e aponta as inconsistências na empresa

Instrumento alternativo

A carta fiança fidejussória é modalidade de garantia que serve como meio alternativo ao depósito judicial e à penhora de bens nos processos judiciais. Consiste na garantia pessoal em que uma terceira pessoa se responsabiliza pela obrigação, caso o devedor deixe de cumpri-la. No caso da transação com o Ministério da Saúde sobre a Covaxin, se a Precisa recebesse o R\$ 1,6 bilhão e não entregasse as vacinas, o FIB Bank teria a obrigação de ressarcir a União.

(MDB-MS). “É importante que esses imóveis sejam, a partir de hoje ou de amanhã, apresentados ao Brasil”, cobrou Renan Calheiros (MDB-AL).

Chacota

O capital social de R\$ 7,5 bilhões continuou sendo motivo de chacota pelos senadores e envolveu até mesmo parlamentares da base de apoio do governo. O presidente da CPI, Omar Aziz (PSD-AM), ironizou e pediu que Jorginho Mello (PL-SC) ex-

plicasse quanto seria o capital social máximo de micros, pequenas, médias e grandes empresas no Brasil.

“E de uma big empresa de R\$ 7,5 bilhões em capital?”, indagou Aziz. “Isso vende a cura para qualquer doença”, rebateu Jorginho.

Mas, independentemente, das ironias, o depoimento de Ramos Júnior também foi um rosário de contradições. Primeiramente negou conhecer o advogado Marcos Tolentino — supostamente dono do FIB Bank e amigo do líder do governo na Câmara,

» Para Celina, Congresso é moderador

Ed Alves/CB/DA Press



Diante dos repetidos ataques do presidente Jair Bolsonaro ao Supremo Tribunal Federal (STF) e à Justiça Eleitoral, a deputada federal Celina Leão (PP-DF) defendeu que o Congresso deve intermediar o diálogo entre os Poderes. Foi durante entrevista, ontem, ao CB.Poder, parceria entre o *Correio Braziliense* e a TV Brasília. “O Congresso tem sido o fiel da balança nessa questão da manutenção da democracia, na construção de diálogo. Meu sentimento hoje é de que o Congresso é quem tem trazido estabilidade ao país”, observou. Questionada sobre as ameaças do presidente, Celina defendeu o papel de intermediador do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), nessa queda de braço: “O Arthur é muito equilibrado. Ele sabe que essa guerra não é boa para ninguém, nem para o presidente, nem para o Supremo, nem para o país”.

ra, deputado Ricardo Barros (PP-PR) — e que se apresentava como dono da empresa, mas, depois, recuou. Afirmou que era procurador de uma das acionistas, a Pico do Juazeiro, e que trabalharam juntos em um projeto em outra instituição.

A CPI, porém, confirmou que o endereço e o telefone da Pico do Juazeiro era o mesmo do escritório do advogado. “Ele seria o verdadeiro dono do FIB Bank, sendo uma espécie de sócio oculto da empresa e, por ser amigo de Ricardo Barros, teria facilitado a

emissão da carta de fiança em favor da Precisa”, acusou Calheiros.

As irregularidades com os acionistas do FIB Bank continuaram sendo levantadas pela CPI. O senador Raulo Rodrigues (Rede-AP) trouxe à tona a transação entre uma empresa, MP Guaçu — cujos sócios já teriam morrido — e a firma que Ramos Júnior dizia representar. “O problema não é eles estarem mortos, faz parte da vida morrer. O problema é que eles fizeram movimentações junto à FIB Bank no dia 13 de agosto de 2021”, mostrou o senador.